

### ATA NÚMERO 106/XII (2.ª)

Aos 26 dias do mês de março de 2013, pelas 17 horas e 35 minutos, reuniu a Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, na Sala 8 do Palácio de São Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1 — Tratamento de assuntos relativos ao Estatuto dos Deputados:

2 — Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP para audição do Diretor de Informação da RTP para prestar esclarecimentos sobre os critérios que estiveram na base da contratação do ex-Primeiro-Ministro José Sócrates para um espaço de comentário político na Rádio e Televisão de Portugal, SA.

3 — Apreciação e votação das Atas n.ºs 93, 94, 96, 97 e 98.

4 — Outros assuntos.

---

Dando início à reunião, e entrando no primeiro ponto da Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, Deputado Mendes Bota, colocou à consideração da Comissão assuntos relativos ao Estatuto dos Deputados.

Na medida em que o Senhor Deputado Raúl de Almeida (CDS-PP) ainda não se encontrava presente na sala para apresentação do requerimento do seu Grupo Parlamentar, o Senhor Presidente, entrando no ponto três da Ordem do Dia, submeteu à votação as diversas atas. Quanto à Ata n.º 97, o Senhor Deputado Manuel Seabra (PS) referiu que a mesma não se encontrava suficientemente detalhada, pelo que iria apresentar uma sugestão de alteração desta versão que lhe parecia muito benevolente, tendo depois o Senhor Presidente referido que depois, após essa apresentação, a Comissão se pronunciará quer sobre o texto inicial quer sobre o novo texto de aditamento apresentado.

Submetidas à votação, as Atas n.ºs 93, 94, 96, 98 foram aprovadas por unanimidade, tendo-se registado a ausência dos Grupos Parlamentares do PCP e do BE.

Passando ao segundo ponto da Ordem do Dia, usou da palavra o Senhor Deputado Raúl de Almeida (CDS-PP), do grupo parlamentar proponente do requerimento em causa, que começou por explicar que esta apresentação teve a ver com a notícia divulgada na semana anterior, segundo a qual o ex-Primeiro-Ministro José Sócrates tinha sido convidado para comentador de um programa semanal de atualidade política a emitir pela RTP, dispondo, para o efeito, de 25 minutos. De acordo com a mesma notícia, não seria apenas José Sócrates a integrar o painel semanal de comentadores, já que do mesmo faria também parte Nuno Morais Sarmiento, uma personalidade conotada com o PSD.

Disse, também, que o CDS-PP não se imiscui na liberdade editorial da RTP, e que sempre defendeu que só a auscultação das várias sensibilidades políticas sobre os temas que marcam a atualidade política, em cada momento, pode contribuir para uma informação de cariz plural, capaz de esclarecer os cidadãos, fazendo verdadeiro serviço público de televisão, pelo que se torna difícil de aceitar que, mais uma vez, o serviço público dedique, em canal aberto, o seu espaço exclusivamente a personalidades conotadas com os dois maiores partidos, como se esse espaço representasse a totalidade e a pluralidade das opiniões dos portugueses.

Nesse sentido, o CDS-PP questiona o critério de serviço público que determinou o convite efetuado ao ex-Primeiro-Ministro José Sócrates; questiona a razão pela qual se limita, mais uma vez, o espaço de comentário e de opinião, no serviço público, aos dois maiores partidos, ignorando as restantes sensibilidades e correntes de opinião; questiona se esta decisão, embora respeitando a liberdade editorial da RTP, cabe num conceito de serviço público, plural e democrático. Insistindo em abstrair-se da intenção de se imiscuir nos critérios de escolha e de seleção da informação da Direção de Informação RTP, o CDS-PP pensa que é importante questionar o Diretor de Informação da RTP sobre o porquê desta falta de pluralidade.

A Senhora Deputada Carla Cruz (PCP) disse que o Grupo Parlamentar do PCP iria viabilizar o requerimento na medida em que, no caso em análise, houve de facto uma falta de pluralismo, pelo que se tornava oportuno discutir com o Diretor de Informação da RTP os critérios subjacentes à escolha dos comentadores, que impedem sistematicamente o acesso de outras forças políticas de outros quadrantes políticos ao serviço público de televisão.

A Senhora Deputada Carla Rodrigues (PSD) afirmou que, de facto, o PSD ficou perplexo e indignado com o regresso de José Sócrates a um segmento de comentário político na RTP, o que motivou alguma indignação, pois não se pode conceber que um dos obreiros da situação de descalabro económico e financeiro a que chegou o País regresse agora do seu «retiro espiritual» e tenha um lugar de destaque na televisão pública como um suposto comentador político, e como se nada tivesse a ver com a situação em que o País se encontra.

No seu entendimento, a RTP está a prestar-lhe um serviço de reabilitação, de limpeza de imagem, de ressocialização, de reencontro com a sociedade portuguesa. Disse também que, apesar de todo este ruído mediático, o PSD não se pode afastar do respeito pela legalidade, ou seja, que o seu grupo parlamentar está aberto à discussão da questão do pluralismo, do cumprimento das obrigações de serviço público, mas não condicionado por um caso concreto, já que isso tiraria a dignidade e a amplitude dessa discussão. Enquanto legisladora, a Assembleia da República tem um dever acrescido de respeito pela lei, dever esse que garanta o princípio da liberdade de imprensa, a liberdade de expressão, a autonomia dos operadores, a responsabilidade e autonomia editorial, não condicionando esse respeito em função das circunstâncias ou das conveniências. É à ERC que compete a fiscalização do cumprimento das obrigações de serviço público e pugnar pelo princípio da pluralidade, não podendo o poder político interferir nas linhas editoriais dos órgãos de comunicação social pelo que, nesse sentido, o Grupo Parlamentar do PSD iria votar contra o requerimento do CDS-PP.

Depois de o Senhor Deputado Manuel Seabra ter lavrado o seu protesto em relação ao termo «ressocialização» utilizado pela Senhora Deputada Carla Rodrigues (PSD) quando se referiu ao eventual regresso do Eng.º José Sócrates ao comentário político, a Senhora Deputada Inês de Medeiros (PS) começou por afirmar que o CDS-PP só apresentou este requerimento para «cavalgar numa onda totalmente populista» e demarcar-se do PSD, que quer «esquecer» a Lei da Televisão, a Constituição da República Portuguesa, as competências da ERC nesta matéria para pedir ao Diretor de Informação da RTP que venha ao Parlamento prestar contas sobre uma decisão editorial. Saliu que o Grupo Parlamentar do PS estava inteiramente disponível para debater o pluralismo e a diversidade nos órgãos de comunicação social, muito particularmente no serviço público de televisão, mas que não aceitava este tipo de populismos.

A Senhora Deputada Cecília Honório (BE) manifestou que o seu grupo parlamentar iria viabilizar o requerimento apresentado pelo CDS-PP, na medida em que o que estava em causa era



Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

---

o pluralismo. Disse que, tal como o bloco central se reencontra e hegemoniza no espaço de comentário político na televisão pública, assim também na Comissão se reencontra nos argumentos de fundo. Concluiu, dizendo que o Grupo Parlamentar do BE não fulaniza a decisão, mas considera necessário apurar se a independência e a autonomia editorial estão devidamente protegidas e garantidas.

De seguida, o Senhor Deputado Raúl de Almeida (CDS-PP) respondeu a todas as questões colocadas.

Submetido à votação, o requerimento foi rejeitado, com votos contra dos Grupos Parlamentares do PSD e do PS e votos a favor dos Grupos Parlamentares do CDS-PP, do PCP e do BE.

A presente reunião foi gravada, existindo o seu registo áudio disponível para consulta em [http://srvvideo3/site/XIILEG/2SL/COM/12-CPECC/CPECC\\_20130326.mp3](http://srvvideo3/site/XIILEG/2SL/COM/12-CPECC/CPECC_20130326.mp3), razão pela qual não se procede ao seu desenvolvimento nesta sede.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada pelas dezoito horas e vinte minutos, dela se lavrando a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, vai ser assinada.

Palácio de São Bento, 26 de março de 2013

**O PRESIDENTE DA COMISSÃO,**

**(José Mendes Bota)**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Carla Cruz  
Carla Rodrigues  
Cecília Honório  
Francisca Almeida



Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

---

Inês de Medeiros  
João Portugal  
Lídia Bulcão  
Manuel Seabra  
Maria da Conceição Caldeira  
Mendes Bota  
Odete Silva  
Orísia Roque  
Raúl de Almeida  
Sérgio Azevedo  
Filipe Neto Brandão  
João Figueiredo  
José Lino Ramos  
Margarida Neto

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ana Sofia Bettencourt  
Isabel Oneto  
Jacinto Serrão  
Luís Pita Ameixa  
Paulo Rios de Oliveira  
Pedro Delgado Alves  
Rosa Arezes

*A presente ata foi aprovada em reunião da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, realizada no dia 09/04/2013.*